



# Anais da Assembléia

Nº 56

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 23 DE ABRIL DE 1997

ANO XXIII

## Mesa Diretora

ANIBAL KHURY  
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK  
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN  
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI  
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS  
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA  
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI  
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI  
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI  
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Lideranças

Governo ..... Deputado VALDIR ROSSONI  
PDT ..... Deputado WALMOR TRENTINI  
PTB ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI  
PMDB ..... Deputado ORLANDO PESSUTI  
PFL ..... Deputado ELIO RUSCH  
PSDB ..... Deputado CESAR SILVESTRI  
PT ..... Deputado PERICLES H. MELLO  
PPB ..... Deputado AUGUSTINHO ZUCCHI

## Representação Partidária

PDT - 11: Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Julio Ando - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Milton Puppio - Nelson Tureck - Valdir Rossoni - Walmor Trentini; PMDB - 10: Cleiton Kielse - José Durval Amaral - José Tavares - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PSDB - 09: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Edson Lino - José Maria Ferreira - Ricardo Chab - Sérgio Spada; PFL - 06: Basílio Zanusso - Elío Rusch - Hidekazu Takayama - Nelson Garcia - Plauto Miró - Rony Borsato; PPB - 06: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duffio Genari - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PTB - 06: Ademair Traiano - Anibal Khury - Eduardo Trevisan - Gerakio Cartário - Luiz Carlos Alborghetti - Marquinhos Alves; PT - 05: Angelo Vanhoni - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PL - 01: Horácio Rodrigues.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 1997.**  
**(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados José Tavares e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Ademar Traiano, Albanor Gomes, Ângelo Vanhoni, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duffio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Júlio Ando, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 806**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, 24 de abril, do Projeto de Lei nº 481/96, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que dá nova estrutura ao Quadro de Servidores do Poder Judiciário.

Requer, também, a retirada das suas emendas apresentadas ao presente projeto de lei, na sessão plenária do dia 09 de dezembro de 1996.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) CAÍTO QUINTANA

**REQUERIMENTO Nº 808**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) EDNO GUIMARÃES

**REQUERIMENTO Nº 810**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja oficiada à família de Eliseo Ravanello, tio do Deputado Valdir Rossoni, manifestação de profundo pesar desta Assembléia Legislativa pelo seu falecimento ocorrido

no dia 23 de abril, no Município de Bituruna.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoio: Plauto Miró Guimarães, Anibal Khury, Orlando Pessuti, Luiz Carlos Alborghetti, Walmor Trentini, Péricles Mello, Augustinho Zucchi e Horácio Rodrigues.

**JUSTIFICATIVA:**

Tem o presente, a finalidade de prestar uma última homenagem, a uma pessoa que auxiliou na construção não somente do Município de Bituruna, mas da história daquela região.

Sua memória e seu comportamento, em todos os setores de sua vida, ficarão como exemplos de honradez, integridade e, principalmente, de lealdade aos princípios que sempre nortearam suas ações, e que certamente serão seguidos por todos que tiveram o privilégio de conviver com ele.

**REQUERIMENTO Nº 792**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à Sociedade Rural de Goioerê e à Prefeitura Municipal pela realização da XIII Festa das Nações de Goioerê.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Plínio Piffer, Presidente da Sociedade Rural e ao Senhor Vicente Masahiro Okamoto, Prefeito Municipal de Goioerê.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

A agricultura como fator de conscientização da comunidade rural e da população como um todo, é o melhor caminho.

É por este ângulo que vemos a atuação acertada e eficiente da Diretoria da Sociedade Rural de Goioerê, juntamente com o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Goioerê, em promoverem a XIII Festa das Nações de Goioerê. A maior ou menor intensidade do parque industrial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem indústrias. Só os povos que possuem indústria própria se podem considerar economicamente independentes. Os povos que não possuem essa alavanca propulsora da riqueza, permanecerão eternos caudatários dos municípios industrializados.

Eis porque muitos são de louvar aqueles que se propõem a dotar o seu município de novas indústrias em qualquer ramo que se capitulem. Sejam das indústrias extrativas, agrícolas, comerciais, manufaturadas ou de transportes, é o caso de Goioerê, que em breve pelo fluxo de negócios que fatalmente atrairá, sentirá como que um novo sangue a circular-lhe nas artérias, e o erário público com a arrecadação que daí advier, ver-se-á em melhor situação para enfrentar os problemas da administração pública.

Que a Sociedade Rural de Goioerê e a Prefeitura Municipal prosperem produzindo os almejados frutos, são os votos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado e para galardão de seus organizadores e felicidade de toda a sociedade da próspera região de Goioerê.

**REQUERIMENTO Nº 804**

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, REQUER, Votos de Congratulações pela comemoração dos 24 anos da Fundação do Hospital e Maternidade Santa Brígida, homenageando a sua fundadora Drª Elisa Checchia Noronha pela sua audácia na realização de seu ideal.

REQUER ainda o envio de correspondência para o endereço, Rua Prudente de Moraes, nº 212 - Mercês, nesta Capital, aos cuidados da Drª Elisa Checchia Noronha.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) IRONDI PUGLIESI

## REQUERIMENTO Nº 809

Senhor Presidente.

O Deputado, autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata deste Poder Legislativo e formulado ao seu diretor presidente, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, Votos de Louvor pela comemoração dos 33 anos de fundação da Companhia de Saneamento do Paraná SANEPAR.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES.

## JUSTIFICATIVA:

A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, comemora 33 anos de fundação, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população paranaense nas 630 localidades em que se acha presente no nosso Estado, satisfazendo suas necessidades de saneamento básico, com uma postura empresarial moderna e tecnologia apropriada, sem deixar de respeitar primordialmente os fatores sociais, políticos e ambientais.

Através de sua principal função, que é fornecer água tratada à população, a sua parcela de responsabilidade é ainda mais evidenciada, ao vermos um esforço concentrado dos seus diretores em elevar os índices de atendimento com programas que asseguram a preservação do meio ambiente junto com o serviço de esgotamento sanitário. Evitar a disseminação de doenças veiculadas por detritos na forma de esgoto e lixo é uma das tarefas do saneamento básico tanto na zona rural quanto nas áreas urbanas, executadas com ênfase pelos ótimos profissionais que integram a grande empresa que é hoje a Companhia de Saneamento do Paraná, promovendo sempre a valorização do saneamento básico como atividade essencial à saúde.

## REQUERIMENTO Nº 793

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro Tanguá, os quais solicitam reparos na Rua Aroeira, bem como a colocação de anti-pó, tendo em vista os inúmeros buracos existentes. Pedem ainda reparos nas ruas Rio de Janeiro, Maranhão e demais ruas do bairro, uma vez que encontram-se intransitáveis. Toda a comunidade será beneficiada com o atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

## REQUERIMENTO Nº 794

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Pinhais, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Weisópolis, os quais solicitem a limpeza da valeta existente na Travessa C, final da Rua Bom Jesus e esquina com a rua Rio Amazonas. Afirmando os moradores que há 05 (cinco) anos que não é procedido a limpeza dessa valeta. A mesma serve de escoamento de uma lavanderia existente nas proximidades do local e encontra-se muito suja, cheia de detritos e causando uma série de problemas para a população. Os moradores já fizeram vários pedidos para a Prefeitura referente a limpeza, porém não foram atendidos. Pede-se providências urgentes.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

## REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, no sentido de providenciar reparos na Rodovia do Xisto - Km 89, nas proximidades do Armazém do Lolinho, em frente ao Posto de Serviço 22, na Vila do Príncipe - Município da Lapa. Neste local o acostamento está danificado, facilitando a ocorrência de acidentes.

O fluxo de pessoas é muito grande devido a existência de comércio, escola e ponto de ônibus, motivo pelo qual os reparos necessitam ser providenciados urgentemente.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

## REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de proceder o recolhimento dos restos de materiais de construção que estão depositados na Rua José Claudino dos Santos, em frente ao nº 166 - Jardim Urano. O pedido está sendo feito pela Sra. Débora Bitencourt Martins e seu telefone para contato, se necessário, é 283-5449.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) LUIZ CARLOS MARTINS.

## REQUERIMENTO Nº 797

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança.

Averiguação rigorosa e punição dos responsáveis pela violência desnecessária ocorrida no despejo de fevereiro, contra famílias da Vila Osternack.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) Dr. ROSINHA.

## REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado expediente ao Exmo Sr. Segismundo Morgenstern, Secretário de Estado da Secretaria Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a liberação de um micro-ônibus destinado ao transporte de alunos da zona rural do município de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) TOTI COLAÇO

## REQUERIMENTO Nº 798

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informação sobre a compra de material por parte do Instituto Médico Legal.

O IML, comprou "Kits" contendo material instrumental para necropsia contendo serra, bisturi, etc. Em função disso solicitamos:

1. Foi feita licitação para a compra desse material?

1.1 Se sim, solicito cópia do contrato assinado entre o Estado e a empresa vencedora.

1.2 Se não solicito porque razão não o fez?

2. Quantos "Kits" foram comprados?

3. Cópia das notas de empenho?

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) DOUTOR ROSINHA

## REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Reinhold Stephanes Junior, Secretário de Estado da Administração, solicitando:

1. Quantos e quais são os médicos, com suas respectivas cargas horárias, lotados nos seguintes órgãos

1.1 IPE;

1.2 Secretária de Estado de Saúde e ISEP, só da capital;

1.3 Hospital da Polícia Militar.

2. Especificar quais ocupam cargo de confiança, o respectivo cargo e órgão.

3. Especificar os que estão de licença ou a disposição e suas respectivas remunerações.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 800

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Cândido Manoel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando informação sobre os cargos (todos) de Confiança do Instituto Médico Legal.

1. Quantos eram e quais eram (simbologia) os Cargos de Confiança no Instituto Médico Legal, em dezembro de 1994, com seus respectivos valores (em real)?

2. Quem eram os ocupantes (nomes) de tais cargos em dezembro de 1994?

3. Quantos eram e quais eram (simbologia) os Cargos de Confiança no Instituto Médico Legal, em dezembro de 1996, com seus respectivos valores (em reais)?

4. Quem eram os ocupantes (nomes) de tais cargos em dezembro de 1996?

5. Lista completa, com respectiva carga horária semanal, de todos os médicos que são contratados pelo Instituto Médico Legal, ou que lá prestam serviços.

6. Lista dos médicos que encontram-se a disposição de outros órgãos ou entidades, ou em licença especificando se com ônus para o IML, ou sem vencimentos?

6.1 Se com ônus para o IML, especificar quem recebe e quais são os valores.

Sala das Sessões, em 23.04.97

(a) Dr. ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente,

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, envio de Pedido de Informação ao Exmo. Sr. Cândido Martins de Oliveira, Secretário de Estado de Segurança Pública, solicitando informações sobre diárias pagas pelo Instituto Médico Legal.

01) Na operação verão 93-94, quantas diárias foram pagas para funcionários do Instituto Médico Legal?

1.1) Qual era o valor dessa diária?

1.2) Quais foram os funcionários (médicos, técnicos, motoristas, diretores, etc.) que receberam e quantas receberam, especificando mês a mês?

02) Na operação verão 94-95, quantas diárias foram pagas para funcionários do Instituto Médico Legal?

2.1) Qual era o valor dessa diária?

2.2) Quais foram os funcionários (médicos, técnicos, motoristas, diretores, etc.) que receberam e quantas receberam, especificando mês a mês?

03) Na operação verão 95-96, quantas diárias foram pagas para funcionários do Instituto Médico Legal?

3.1) Qual era o valor dessa diária?

3.2) Quais foram os funcionários (médicos, técnicos, motoristas, diretores, etc.) que receberam e quantas receberam, especificando mês a mês?

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente,

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Fazenda do Estado, Sr. Miguel Salomão, solicitando o fornecimento de informações abaixo especificadas:

1 - Qual o montante do empréstimo firmado em Protocolo de Acordo, na data de 12 de março de 1996, entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE e a Renault do Brasil Automóveis S/A?

2) Envio de cópia autenticada do Protocolo de Acordo firmado entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e a Renault do Brasil Automóveis S/A.

3) Qual o montante de recursos utilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE na sua Participação Societária junto à Renault do Brasil S/A?

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(aa) ÂNGELO VANHONI,  
PÉRICLES MELLO,  
DOUTOR ROSINHA,  
IRINEU COLOMBO e  
EMERSON NERONE

#### JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial do Estado do Paraná do dia 09/04/97 trouxe publicado o Relatório da Administração da Renault do Brasil S/A, onde consta o Protocolo do Acordo citando o empréstimo, bem como a participação societária do Fundo de Desenvolvimento nos investimentos da Renault do Brasil S/A, sem contudo especificar o montante de recursos neles envolvidos.

No Rio Grande do Sul, diante da negativa daquele governo em conceder informações ao Parlamento, restou a Justiça determinar que tais informações fossem tornadas públicas, por envolver a participação efetiva do Tesouro do Estado em investimentos privados sem o devido conhecimento dos seus cidadãos.

Já é hora de governo do Estado do Paraná tornar público o conteúdo destes acordos que vem sendo firmados com indústrias automobilísticas, com vistas à sua instalação em território paranaense.

#### Projetos de Lei:

##### PROJETO DE LEI Nº 176/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - O transporte coletivo intermunicipal através de veículos tipo "vans" efetuado em regime de fretamento obedecerá os termos e condições desta Lei.

Art. 2º - Os veículos deverão ter o certificado de registro e licença fornecido pelo órgão competente para transporte de passageiros, seguro de responsabilidade civil, e obedecer as normas gerais de trânsito.

Art. 3º - O transporte efetuado na modalidade do artigo 1º desta Lei poderá ser realizado por pessoa física com um único veículo ou por empresa constituída para este fim ou ainda através do sistema de cooperativas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) SÂMIS DA SILVA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei visa equacionar a situação do transporte de passageiros efetuado através de veículos tipo "vans" e utilizado no fretamento intermunicipal.

De um lado, trata-se de uma modalidade já em uso de fato e que tem contribuído inclusive para a abertura de um novo mercado de trabalho. De outro, em nada tem afetado o sistema denominado "formal" de transporte coletivo intermunicipal por não atuar no mesmo regime nem mesmo nas linhas gerando possíveis conflitos de interesse. Ademais, trata-se de sistema alternativo que em nada se compara aquele organizado em linhas passíveis de processos licitatórios e que atende a demanda existente por tal tipo de transporte.

##### PROJETO DE LEI Nº 177/97

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Dr. João José Bigarella.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.04.97.

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Albanor Gomes, Ricardo Chab, Joel Coimbra, Toti Colaço e Edno Guimarães.

#### JUSTIFICATIVA:

João José Bigarella nasceu em Curitiba, no dia 23 de setembro de 1923, onde fez os estudos primários e secundários, Bacharel em Ciências Químicas (1943), Químico Industrial (1945) e Engenheiro Químico (1953) pela Universidade Federal do Paraná, Doutor em Ciências Físicas e Quí-

micas e Catedrático de Mineralogia e Geologia Econômica pela UFPR. Sua produção acadêmica compreende cerca de 200 artigos em periódicos científicos do Brasil, Estados Unidos, Canadá, Alemanha, Holanda, Inglaterra, Rússia e África do Sul, além de vários livros na área das geociências.

Realizou extensos trabalhos de pesquisas geológicas na África do Sul, Namíbia, Angola, Argélia (Saara), Argentina, Uruguai e Paraguai, a propósito dos paleocorrentes e da migração dos continentes sul-americanos e africanos, os resultados das pesquisas foram publicados em 1972 na *Geologische Rundschau* e no *Boletim Paranaense de Geociências* (UFPR).

O Professor Bigarella é, há alguns anos, Professor visitante na UFSC pelo CNPq. É membro titular da Academia Brasileira de Ciências e da Academia de Ciências da América Latina, e Presidente da Associação de Defesa e Educação Ambiental - ADEA, desde 1974. Entidade esta preocupada com a defesa ambiental e a conservação dos recursos naturais.

Em 1963, organizou a Comissão da Carta Geológica do Paraná, tendo sido seu coordenador técnico-científico até 1968. A Comissão foi responsável pelo mapeamento geológico (escalas 1/50.000 e 1/75.000) da porção oriental do Estado do Paraná, incluindo o litoral, a serra do mar, primeiro planalto e parte do segundo planalto. De 1973 a 1976, foi membro do Programa Internacional de Correlação Geológica da UNESCO e da União Internacional de Ciências Biológicas, tendo sido seu Vice-Presidente no período de 1975 a 1976.

Em 1975, organizou o Simpósio Internacional do Quaternário sob os auspícios da Academia Brasileira de Ciências, que contou com participantes de 23 países. Em 1979 e 1980, sob os auspícios do Institute of Eotechnics (Londres e Novo México), realizou várias conferências, em Penang (Malásia), Londres, Bombaim (Índia) e Perth (Austrália), sobre a problemática da degradação ambiental.

Foi editor das publicações de geociências da UFPR entre 1959 e 1968, e membro do corpo editorial dos periódicos *Marine Geology* e *PALAEO* (*Palaeogeography, Palaeoclimatology and Palaeoecology*) editados pela Elsevier Publ. Co. e do periódico *Catena*, editado pela Catena Verlag.

Dentre os principais reconhecimentos recebidos por sua produção acadêmica, merecem destaque as bolsas, concedidas pelas seguintes entidades: Fundação Guggenheim (1951), CNPq (desde 1957 até a presente data), Conselho Britânico (1963), *Deutscher Akademischer Austauschdienst* (1963 a 1972), Associação Internacional de Pesquisa do Quaternário - INQUA (1965), National Science Foundation (1969), Serviço Geológico da África do Sul (1970), Conselho de Investigações Científicas de Angola (1970), Institute of Eotechnics Adenauer (1991).

Em 1966, recebeu Medalha de Ouro José Bonifácio de Andrade e Silva, conferida pela Sociedade Brasileira de Geologia; em 1968, o Prêmio Francisco Sales de Azevedo conferido pela Sociedade Brasileira de Cerâmica; em 1969 o Título de Engenheiro de Destaque pelo Instituto de Engenharia do Paraná e em 1991, o Prêmio Heleno Fragoso pelos Direitos Humanos; em 1993, o Prêmio Almirante Álvaro Alberto para a Ciência e Tecnologia na área de Ciências da Terra referente ao ano de 1992.

Entre suas pesquisas de caráter internacional destacam-se a revisão global dos depósitos eólicos (dunas), o estudo dos aspectos paleogeológicos do antigo continente de Gondwana e a revisão da geologia e geomorfologia do Quaternário brasileiro. Sempre procurou dar continuidade aos conhecimentos adquiridos formando e treinando intensamente equipes de trabalho. Colaborou com vários cursos de pós-graduação nas seguintes universidades: UFPE, UFBA, UFRJ, UFSC e UFRS, orientando dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Finalmente foi admitido na Ordem Nacional do Mérito Científico (Junho 1995), na classe de Comendador, por indicação da Chancelaria, acolhido pelo Exmo. Senhor Fernando Henrique Cardoso - Grã-Mestre das Ordens Brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Parlamentares,

Não quero, Senhor Presidente, tratar na Sessão de hoje, na plenitude, o assunto que certamente nos trará à tribuna em nome de nossa Bancada na próxima semana. Mas gostaria, no dia de hoje, nos valendo de Pequeno Expediente, de deixar algumas indagações que espero possam ser respondidas pelo eminente Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni, na próxima semana, para que nós possamos conhecer, entender um pouco mais do mecanismo de aplicação dos recursos públicos do Estado do Paraná. Por que, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares? Porque temos ouvido sistematicamente de Prefeitos, de Vereadores, de Associações no interior do Estado do Paraná, uma série de dificuldades na liberação de recursos, inclusive recursos orçamentários votados no exercício de 1996.

É do conhecimento dos Senhores Parlamentares, da Sociedade, do nosso Estado do Paraná, que muitos recursos empenhados, encaminhados à Secretaria de Finanças, foram cancelados pela alegação de falta de recurso público no Tesouro do Estado, para honrar esses compromissos. Talvez isso tenha motivado o Governador Jaime Lerner retirar o controle orçamentário da Secretaria de Planejamento, passando para a Secretaria de Finanças, para evitar continuidade de erros como esse. Mas o que surpreende, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, são as discussões elevadas que se teve nesta Casa e fora dela, com Parlamentares do Estado do Paraná, querendo saber em que termos, por exemplo, nós tivemos a participação do Estado do Paraná, do Tesouro do Estado do Paraná, da Receita Pública do Estado do Paraná, na capacitação de empresas que vieram ao nosso Estado. Sistematicamente houve negativa, inclusive quando ajudado ações na justiça. Essas ações não prosperaram na informação legítima e constitucional da transparência de atos públicos.

Pois bem, no dia 9 deste mês, a Renault Brasil Automóveis S/A, viu-se obrigada por dispositivos da Legislação, de publicar o seu balanço de 1996 no Brasil. E eu gostaria aqui, não de fazer afirmativa alguma, de deixar apenas no dia de hoje, para podermos fazer uma discussão do nível de respostas e não de acusações vazias, deixar algumas perguntas no ar para que pudessem ser respondidas: 1º - Há uma auditoria independente que publicou um balanço no Diário Oficial da União, presume-se verdadeiro. Esse balanço, Senhores Parlamentares começa com o Balanço Patrimonial e vem na segunda coluna já com demonstração de resultados. Nessa demonstração de resultados o Balanço de exercício de 96 da Renault do Brasil, que é uma nova empresa estabelecida no Brasil, apenas com participação da Renault Francesa, apresenta na participação dos acionistas minoritários prejuízo do exercício de 1996, 25 milhões 195 mil. Muito bem, seguimos com novos demonstrativos e vamos perceber na transação, com partes relacionadas no item 11 inicialmente. A formação de Capital Social da Renault do Brasil acionistas residentes no Brasil, Acionistas brasileiros, acionistas nacionais, Fundo de Desenvolvimento Econômico do Paraná o nosso FDE, possui 19 milhões 928 mil 470 ações preferenciais, correspondendo a 40% do patrimônio da Renault do Brasil. Depois temos 5 ações ordinárias, portanto com direito a voto. Temos 40% do capital mantido por ações preferenciais. E o restante, é formado por residentes do exterior, a Renault da França que tem 29 milhões, 892 mil, 592 ações perfazendo 60% do Capital da Renault do Brasil.

Aí nos traz um dado de que houve um prejuízo por ação de 50 centavos. Ora, Deputado Rosinha, se nós somos acionistas de 40% o FDE acionistas de 40% da Renault do Brasil, conseqüentemente no exercício de 96 um prejuízo de 50 centavos por ação que possui nessa empresa. Aliás fato não desmentido pelo Secretário da Fazenda do Estado do Paraná Dr. Salomão, que disse naturalmente, que muito normal isso, que na instalação de uma empresa se tenha prejuízo que não se pode ter a colheita antes de plantar.

Lamento que esse prejuízo seja tomado pelo Estado do Paraná para implantação de uma empresa aqui no nosso Estado que é de capital público na França, uma empresa pública.

Agora, outro dado que eu queria uma explicação. Na questão de empréstimos cita nessa Auditoria que em 12/03/96, foi firmado um protocolo de acordo entre a Re-

nault do Brasil Automóveis S/A, e o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Paraná, pelo qual a companhia recebe recursos a título de empréstimos, com prazo de vencimento de 10 anos, sem juros e atualização monetária. O início dos pagamentos está previsto para junho de dois mil e seis.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Aparte) - Deputado Caíto Quintana, eu quero saudar V. Ex<sup>a</sup> que nesse momento fala no horário do PMDB, por trazer esse assunto à discussão do Plenário.

Entendo como V. Ex<sup>a</sup> já encaminhou no início, nós deveremos na próxima semana nos aprofundar mais na discussão desse balanço, buscando inclusive, se for o caso uma assessoria de contabilistas, para que eles possam a nós prestar os esclarecimentos sobre os detalhes que muitas ve-

zes escondem num balanço. Mas eu queria, aproveitando quando Vossa Excelência fala a respeito desse empréstimo, desse último empréstimo, que foi concedido a Renault, através do Fundo de Desenvolvimento Econômico, dizer que nós estamos com uma expectativa muito grande que isso possa ser estendido a empresas genuinamente paranaenses e que aqui estão instaladas a muitos anos, e que buscam muitas vezes esses recursos para poderem sobreviver, ou até mesmo para ampliar os seus negócios gerando empregos e gerando riquezas.

Mas, pedi o aparte agora, para ler uma notícia que vi ainda a pouco, publicada na Gazeta do Paraná de hoje, do dia 23 que diz o seguinte: - Vai ficar parecendo que só nós do PMDB estamos buscando essas informações, buscando esclarecimentos. Diz a notícia que está publicada na página 4.

## Usmar Dias critica veementemente o protocolo entre o Paraná e Renault

Brasília - O senador Osmar Dias (PSDB/PR), em veemente discurso ontem na tribuna do Senado Federal, criticou veementemente o protocolo de cooperação entre o Governo do Paraná e a Renault Nacional, cujo micro-filme está sendo requisitado para ser lido na Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara Federal do senador Roberto Requião (PMDB/PR), mas que o governador Jaime Lerner (PT) afirma não mandar em flama, por expor o Estado.

A indignação do senador Osmar Dias veio em decorrência da leitura da divulgação do Balanço Anual da Renault, em específico ao item empréstimos, com prazo de 10 anos sem juros ou correção. Isso é um escândalo com o qual não podemos concordar, disparou o congressista. E acrescentou: Diante do exposto, junto me ao senador Roberto Requião e passo também a exigir do governador Jaime Lerner esclarecimentos completos sobre os exatos termos

em que foi firmado o acordo com a Renault". O senador Osmar Dias é o relator da subcomissão que analisa o processo de pedido de financiamento internacional feito pelo governador Jaime Lerner para o Programa Paraná 12 Meses. O protocolo teve sua tramitação paralisada em razão de um pedido de Requião, que quer saber a capacidade de endividamento do Estado, as publicações sobre o incluído pedido do Governo do Paraná com a Renault, conforme Osmar

Está publicada no jornal, a preocupação que não é só nossa do PMDB, mas é do nosso Senador Paranaense do PSDB Osmar Dias.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Pessuti, eu não quero, trazer uma polêmica a este plenário, da importância ou não da instalação de uma indústria no Paraná, eu acho que é importante, que ela se instale, o duro é saber o quanto ela nos custa, Senhores Parlamentares. Por exemplo, a região de Cianorte uma região de confecções, diversas empresas de confecções genuinamente paranaenses, empregando milhares de mão-de-obra, estão fechando as portas sem apoio. Na região sul do oeste do Paraná, inúmeras empresas que trabalham com avicultura com suínos estão estranguladas. As Cooperativas do Estado do Paraná têm buscado renegociar as suas dívidas junto aos bancos oficiais e não conseguem nem alongar o perfil da sua dívida. Muitas empresas familiares e tradicionais do Estado do Paraná, estão sendo vendidas e muitas outras sendo fechadas.

Quer dizer, se o problema, se a somatória é gerar emprego, é gerar riquezas, nós estamos ganhando com uma mão e estamos perdendo com a outra. Mas o que mais me preocupa, é essa dificuldade em podermos mostrar afinal de contas, Deputado Rosinha. Esse valor do empréstimo, por dez anos, sem juro e nem correção, para começar a pagar em 2006, é esse empréstimo, mais os 40% das ações ordinárias que nós compramos, é esse empréstimo mais 40% do capital, mais terraplenagem, mais o terreno e mais a infraestrutura e mais os incentivos fiscais. Quer dizer, quanto é a somatória total de tudo isso e sai do FDE, o mesmo FDE que financiou pequenas empresas pelo interior, que financiou o "Panela Cheia", para desenvolver a nossa agricultura que está minguada. Acho que esta Casam, que o povo do Paraná, mediante esse demonstrativo de balanço, merece

indiscutivelmente, uma resposta mais profunda, porque pode até ter uma resposta convincente. O que não pode é tornar nebuloso na forma que está, permitindo a esse parlamentar vir aqui e especular. Se eu dissesse, por exemplo, "foram 500 milhões". Foi o custo que o banco estrangeiro deu para o Bamerindus. É verdade ou é mentira? Eu não sei. Nenhum dos Senhores saberia para dizer se estamos falando a verdade ou falando mentira, porque ninguém diz o número e quando não se diz o número se permite a especulação do número que se quiser e põe em dúvida a aplicação desse recurso.

Concedo aparte ao Deputado Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Deputado Quintana, nos últimos meses, esta Casa, por ordem do senhor governador, tem tido na bancada que o sustenta, uma posição nada democrática. Só de minha autoria, pedindo informações que diz respeito a Renault, dois já foram rejeitados e até agora, a gente faz o pedido de informações em cima do que saía na imprensa e agora, no dia 9, tem a divulgação no Diário Oficial do Estado deste balanço. Esse balanço, diz respeito aos dez milhões, valor do terreno e, na hora do empréstimo, não fixa qual foi o montante de dinheiro que emprestou. A nossa bancada do PT no Rio Grande do Sul, após obter uma cautelar na justiça, chegou à conclusão que o governo está investindo mais de um bilhão na GM. Se nós dissemos que o Governo Lerner está investindo o mesmo tanto, e a gente não sabe se está errando ou acertando e, provavelmente, nem os Deputados que votam contra os nossos pedidos de informações, saberão responder, porque eles também não tiveram acesso a isso. Simplesmente preferem atuar na penumbra, atuar no obscurantismo e contra a democracia, sem saber o quanto o Estado do Paraná está dando para uma única empresa no nosso Estado.



O SR. CAÍTO QUINTANA - Obrigado.

Concedo a palavra ao Deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura - Deputado Caíto Quintana. Apenas para ilustrar o brilhante pronunciamento que V.Ex.<sup>a</sup> faz hoje na Assembléia, se não bastassem todos os dados que V.Ex.<sup>a</sup> coloca aqui e que foram publicados na imprensa e agrega a eles outros argumentos, dá para perceber claramente, a inversão de prioridades no Paraná. Se nos referirmos, numa questão bem simples, para nós que somos do interior, esta Assembléia, aprovou um projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que facilitava o acesso do agricultor ao calcário. Um programa que, com 12 milhões, o Governo do Estado poderia cobrir o Paraná de calcário. Dar calcário para os agricultores que, infelizmente padecem e sofrem e hoje não conseguem colocar calcário na propriedade, mas infelizmente, o governo não viabiliza esse programa e nós estamos sentindo, e vendo, e percebendo que, dia após dia, os agricultores saem da propriedade por falta de estímulo, por falta de força, por falta de apoio governamental.

Então, usando apenas esse tópico do calcário e é simples, com esse dinheiro que está dando de prejuízo, a Renault, ao Paraná, divulgado pelo Governo daria já para fazer o programa de calcário e colocar calcário numa grande quantidade de propriedades no interior do nosso Estado.

O R. CAÍTO QUINTANA - Obrigado pelo aparte.

Concedo aparte ao Deputado Ademar Traiano.

O Sr. Ademar Traiano - Estou ouvindo V.Ex.<sup>a</sup>, e mesmo na ausência do nosso líder, Deputado Valdir Rossoni, que aqui não está em função da perda de um de seus familiares no dia de hoje, não tenha dúvida de que a nossa preocupação ela será, nos próximos dias trazer todas as informações com relação aos questionamentos que V.Ex.<sup>a</sup> faz em Plenário na tarde de hoje.

Mas, é importante ressaltar de que o Governo do Estado, através do nosso Governador, não só está preocupado com as grandes indústrias que estão se instalando no Paraná e que com certeza este governo vai marcar época em toda a história do Paraná, e nós saberemos com certeza ao longo dos anos reconhecer o trabalho fundamental e importante que o governo vem fazendo com relação a mudança do perfil da economia do nosso Estado, mas aliado a isso eu não tenho dúvidas de que o Governo Jaime Lerner está atento aos interesses do Paraná como um todo.

Não são verdadeiras as informações de que ao tempo em que se preocupa o Governador com a vinda de grandes empresas para o Paraná, esquece-se das pequenas indústrias do Paraná. Nós temos conhecimento de diversas empresas do Paraná que foram servidas e atendidas pelo FDE, como é o caso da Avícola Felipe de Paranaíba e tantas outras empresas do interior do Estado do Paraná, que foram atendidas pelo FDE e com certeza, criteriosamente, a medida em que as empresas puderem apresentar uma justificativa plausível para os recursos, o Governo do Estado irá atendê-las.

Entendo que a nossa preocupação é plausível e todos nós, como homens, que temos interesses voltados ao Paraná, com certeza vamos nos somarmos a vossa preocupação e trazer, muito em breve, as informações que V.Ex.<sup>a</sup> questiona nesta tarde.

Muito obrigado pelo aparte!

O Sr. Luiz Cláudio Romanelli (Aparte) - Deputado Caíto Quintana, queria ser muito breve aqui, porque V.Ex.<sup>a</sup>, de forma sempre brilhante nesta tribuna colocou uma pergunta que tem que ser respondida.

O Senador Osmar Dias, ontem, que é do PSDB, aliás eu gostaria muito de ver os Parlamentares do PSDB aqui nesta Casa também seguindo a postura do Senador Osmar Dias. O Senador Osmar Dias colocou uma questão, a seguinte, Deputado Antônio Annibelli, V.Ex.<sup>a</sup>, que nós queremos um tapete vermelho no nosso Partido se Deus quiser no nosso PMDB. Mas eu queria dizer o seguinte, Deputado Caíto Quintana e Srs. Parlamentares, o Senador Osmar Dias, com muita propriedade foi à tribuna do Senado ontem e fez

um grande questionamento, com base num documento no Diário Oficial, e quero crer o seguinte: "Que ninguém pode desmentir o balanço da Renault ou então amanhã alguém vai dizer que não era bem assim, os donos não eram aqueles". Mas, concretamente o seguinte: "Nós todos aqui achávamos o seguinte, que o Governo do Estado do Paraná estava comprando ações da Renault para viabilizar o empreendimento no Paraná". Agora, a gente tem a surpresa pelo balanço da Renault, que além do terreno ter sido feito por doação, porque entrou no ativo da Renault, está como doação de terreno, entrou por dez milhões, quinhentos e noventa e nove mil reais. A maior surpresa qual é? São empréstimos que foram concedidos pelo FDE. Ora, acho que mesmo que o governo não querendo revelar os protocolos que tem com a Renault, tem que explicar se está dando dinheiro sem custo nenhum, aliás, que vai ter juros mais do que negativo, porque quando a inflação mesmo baixa de 10% ao ano, imaginem daqui a 10 anos quando ela for começar a pagar, o quanto que vale este dinheiro, ou seja, na verdade o Senador Osmar Dias adendou, Deputado Caíto Quintana, era isso que eu queria na verdade dizer, adentrou o seguinte: "Que como relator do Projeto Paraná 12 meses e enquanto o Governo do Estado do Paraná não informar o Requerimento sobre os protocolos com as montadoras, o Senador Osmar Dias não vai relatar mais favoravelmente à concessão do empréstimo Paraná 12 meses, então, eu acho que é da maior gravidade porque o Senador foi à tribuna, eu assisti pela TV Senado o que ele falou e certamente esta Casa não pode continuar com a política do avestruz sem querer na verdade discutir esta questão que quero crer é a seguinte, com a maior franqueza e honestidade, quero crer que o governo do nosso Estado, o Governador Jaime Lerner, tem que vir sim, se for o caso, em Sessão Secreta aqui na Assembléia Legislativa e colocar, revelar aos Srs. Parlamentares, torná-los portadores até de um segredo mas dizer quais são as condições que foram oferecidas para a vinda das montadoras ao nosso Estado.

O Sr. Ângelo Vanhoni (Aparte) - Sabe, Deputado Caíto

Quintana, eu não assisti o seu pronunciamento de forma integral mas estou relativamente a par das questões que foram abordadas aqui, em relação ao famoso Protocolo de Intenções, firmado entre o Governo do Estado e a montadora francesa Renault e que é motivo de muita discussão política, de muito questionamento por parte já da Assembléia Legislativa, no primeiro momento e agora, posteriormente pelo Senado Federal, através do Senador Requião e agora o Osmar Dias em pronunciamento ontem, dado o conhecimento do balanço oficial desta empresa, publicado no Diário Oficial, a sua posição tomada no Senado Federal. Mas tem uma questão de fundo que acho que precisamos discutir aqui na Assembléia Legislativa. A questão da Renault só existe por causa, e o Presidente da Assembléia sabe disso, é um Projeto de Lei do Deputado Aníbal Khury, com o objetivo de atrair investimentos para o Estado do Paraná e dar uma certa agilidade para o Governo do Estado e possibilita que o Poder Executivo distribua incentivos fiscais para modificar o perfil econômico do Estado. Essa não é uma lei do Deputado Aníbal Khury em função do Governador Jaime Lerner, esta lei foi sancionada inclusive pelo Governador Roberto Requião, na oportunidade quando foi objeto de discussão aqui na Assembléia há anos atrás, o objetivo do Presidente Aníbal Khury, pelo que sei, não é o que está acontecendo com a Renault mas era de prover um Estado de um instrumento capaz e ágil de promover o desenvolvimento econômico do Estado, através de uma política mais agressiva de incentivos fiscais, mas o que me parece que a deturpação, inclusive do objetivo desta lei, com a conduta do Governo do Estado. No caso da Renault acho que traz uma discussão de fundo maior para nós da Assembléia Legislativa, que é a questão do desenvolvimento do Estado como um todo e do qual a Assembléia Legislativa está a par desta discussão, vou citar um exemplo, Deputado Caíto Quintana: Há uma empresa catarinense de grande porte, que deseja construir uma subsidiária sua numa Região do Estado do Paraná trazendo 2.000 empregos diretos, 670 costureiras, que é a Empresa TEKA, uma empresa conhecida de todos nós para se instalar aqui na Região de Palmeira, com 2.000 empregos diretos e um investimento que necessitaria do

Estado do Paraná, através de atrativos, de incentivos fiscais, estaria na ordem de 13 milhões de reais e nós não temos, o Estado do Paraná até agora não conseguiu assinar o protocolo e não deu o sinal verde para a Região de Palmeira para ter uma empresa para construir 2.000 empregos com esta empresa, o que quero dizer com isso é que nós da Assembleia Legislativa, e aí eu acho que é um problema da lei que precisa ser melhor estudada e rediscutida, a lei que o Deputado Anibal Khury assina, porque a Assembleia Legislativa não pode ficar sem a possibilidade de discutir uma atribuição que é sua na sua essência que a dela prover o Estado através de ações concretas e específicas e até isenções do ponto de vista fiscal e até outras modalidades de incentivo, porque com a formatação de que a lei ficou, esta lei votada e sancionada pelo Governador Requião, permite que o Governo do Estado cometa discricionariamente e conduza a investimentos para áreas que não atinjam o Estado do Paraná como um todo, deturpando os investimentos que poderiam ser auferidos para o Estado, para todas as regiões, para uma determinada região especificamente, em detrimento de outras.

Então, gostaria de colocar esta questão que é uma questão de fundo maior e acho que a Assembleia Legislativa precisa rever esta discussão, a respeito da possibilidade do Executivo, de per si, o conceder sem autorização da Assembleia incentivos fiscais desta natureza. De outra parte gostaria de dizer o seguinte, Deputado Caíto Quintana, estamos protocolando hoje um requerimento, pedido de informações, da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, ao Governador do Estado e a autoridade competente, para que forneça a documentação que hoje em parte já é conhecida de todos nós.

Este requerimento diz o seguinte:

- Qual o montante do empréstimo firmado em Protocolo de Acordo, na data de 12 de março de 1996, entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado - FDE e a Renault do Brasil Automóveis S/A?

- Envio de cópia autenticada do Protocolo de Acordo firmado entre o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE e a Renault do Brasil Automóveis S/A.

- Qual o montante de recursos utilizados pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE na sua Participação Societária junto à Renault do Brasil S/A?

Quer dizer, são informações que já constam em grosso modo no edital, mas que temos o direito de ter estas informações aqui na Assembleia Legislativa, para podermos avaliar se realmente, não que sejamos contra que o Estado do Paraná incentive a instalação da Renault no Estado. Acho que tem que fazer isto. Acho que o Estado do Paraná está correto, em tentar atrair as montadoras, mas a forma a discussão, em relação ao que está acontecendo com o resto do Estado, merecemos estes esclarecimentos.

O Sr. Walmor Trentini - Permite um aparte Deputado? (Assentimento)

Deputado Caíto, acompanhando a sua explanação e vendo e ouvindo outros Deputados se referirem ao balanço da Renault, a Renault não pode apresentar lucro no balanço porque não começou a operar. Todo e qualquer balanço de instalação vai aparecer com prejuízo se é que assim está aparecendo.

Mas com relação aos investimentos que se fazem no Estado do Paraná e a briga que se faz em todo o país, para trazer estas grandes empresas como o Estado do Paraná, pela competência do Governador, conseguiu trazer grande parte delas para o Paraná, orgulho para nós, com certeza, temos a dizer o seguinte, talvez eu tenha tido mais sorte do que alguns outros companheiros, em especial, talvez, o Deputado Vanhoni, porque sem precisar fazer um lobby, sem precisar nos utilizarmos de qualquer outro subterfúgio, na nossa cidade de Paranavai, temos 3 grandes indústrias instaladas e o Governo do Estado através do FDE, está amparando estas empresas com aporte de recursos, no valor de 10 milhões de reais. Quatro milhões e trezentos mil reais para a COCAMAR Citrus, a primeira indústria de suco de laranja do Paraná, um milhão de reais a título de empréstimo para a TEXTILPAR(?) e aprovado há pouco tempo, mais três milhões e meio para Avícola Felipe, que chegará a abe-

ter 72 mil aves diárias.

Então, gostaria de dizer da disposição bastante grande do governo em incentivar todas as regiões do Estado, na nossa região de Paranavai há uma contemplação neste sentido. Há bem poucos dias estivemos na Secretaria de Indústria e Comércio também buscando incentivo a uma indústria de laticínios bastante grande que vai se instalar em Paranavai, junto com o Deputado Ricardo Chab, estivemos acompanhando e estamos vendo que a disposição do governo é de olhar para todos os sentidos.

Queria dizer ao Deputado Vanhoni, que quero pegar uma carona, inclusive, com esta grande empresa que quer se instalar em Palmeira e tenho certeza que se o empreendimento for desta magnitude, vamos conseguir liberar este valor simbólico até pela amplitude desta grande empresa.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Estarei junto com o Senhor na hora da assinatura do acordo, que se o Senhor garantir em nome do governo o acordo sai então.

O Sr. Walmor Trentini - Com certeza. Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, voltaremos a discutir na semana que vem.

Agradeço Vossa Excelência por nos ceder o espaço, e gostaria de saber só para finalizar, o próprio Deputado Trentini fala que foi dado quatro milhões para uma indústria, um milhão para outra, dois para outra, eu gostaria de saber quanto foi o valor da Renault.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Neivo Beraldin com a palavra.

O SR. NEIVO BERARDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso a tribuna na tarde de hoje rapidamente, para relatar aos Senhores Deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, um fato que ocorreu há poucos instantes, com este Deputado num encontro promovido com a Secretaria do Meio Ambiente e alguns, dezenas de Prefeitos do Paraná e muitos técnicos da área do meio ambiente presentes, quando o Secretário me convidou para ocupar a Mesa e quando me pediram que fizesse um relato sobre a lei do ICMS ecológico. No entanto, entre os presentes estava o atual Prefeito de Campo Largo, que disse o seguinte: "Debate pronto, eu vou me retirar, não aguento mais políticos". E saiu porta afora. Vejam o seguinte, isso representa uma afronta, porque se existe a democracia existe político, isto representa uma afronta ainda maior, porque o atual Prefeito é aposentado do Tribunal de Contas que ganha quase dez mil reais por mês. Então, Sr. Presidente me senti absolutamente ofendido e jamais poderia imaginar, que alguém que ocupa um cargo público, que tem o Poder, que detém na mão, um Prefeito da Região Metropolitana como Campo Largo, viesse fazer tamanho desaforo, não a esse Deputado, mas à Casa Política como um todo. Gostaria que o Senhor Presidente pudesse eventualmente tecer alguns comentários, porque o relato que faço nesta tribuna são fatos que efetivamente aconteceram há uma hora atrás.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Só posso estar solidário com Vossa Excelência porque a ofensa não foi só ao Ilustre Deputado, mas a toda a Assembleia. E pode ficar certo Vossa Excelência e todos os Deputados que consideramos esse Prefeito "persona não grata" à Assembleia, e se entrar aqui na Assembleia será barrada a sua entrada. Ele não merece consideração deste Poder, e lamentamos o incidente, mas certo de que o Ilustre, e bem aposentado, Prefeito de Campo Largo, talvez ele esteja nervoso, porque não vai poder mais acumular os vencimentos de Prefeito com o Tribunal de Contas, mas a solidariedade é integral nossa e o Prefeito é persona não grata nesta Casa.

O SR. NEIVO BERARDIN - Muito obrigado, Senhor Presidente, eu não esperava de Vossa Excelência, aliás, esperava de Vossa Excelência exatamente esse posicionamento, por ser um homem público experiente e que sabe o que é o papel de um Parlamentar, e que naturalmente, Vos-



sa Excelência neste momento toma uma posição digna de um líder, digna de um Presidente de um Poder que é a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

**O Sr. Basílio Zanusso - Vossa Excelência me concede um aparte?**

**[Assentimento]**

Deputado Neivo Beraldin, convivo com V. Exa. nesta Casa há longos anos, tenho por V. Exa. estima, respeito e consideração. Não duvido das palavras de V. Exa. do episódio que V. Exa. sinteticamente resume e comunica esta Casa, da forma como se comportou o atual Prefeito de Campo Largo. Não tenho procuração para defender o atual Prefeito, mas por uma questão de amizade de longos anos, conheço o Prefeito Nilton Puppi há longos anos. Pertencemos, juntos a um mesmo partido, décadas. E, nestes tantos anos a que me refiro, sempre como Prefeito, que já não é a primeira vez, disputando outros cargos eletivos ou no Tribunal de Contas, o atual Prefeito sempre se comportou de forma digna, honrada, correta, homem de bem, político, tanto o é, que foi reconduzido à Prefeitura de Campo Largo.

Desta forma, apenas para dizer a Vossa Excelência, que lamento da mesma forma com o que o Senhor Presidente manifestou-se, pelo o que Vossa Excelência comunica a esta Casa, mas quero apenas reservar-me, para lhe informar que o Prefeito deste fato, para poder daí sim entregar a Vossa Excelência minha solidariedade.

Muito obrigado.

**O SR. NEIVO BERARDIN - Vossa Excelência, como amigo**

peço, tem todo o direito de fazer a eventual defesa.

No entanto, são centenas as testemunhas dos fatos. Acho que temos de passar à população mais informações dos fatos de que propriamente os desvios da política. É isso que estamos tentando implementar na nossa vida pública: a verdade. Acima de tudo a verdade.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Hidekazu Takayama.**

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA - Senhor Presidente, Senhores Deputados,** o motivo que me traz a esta tribuna é o de pedir aos nobres pares um momento de reflexão com relação às votações realizadas, aqui, nesta Casa.

Ontem, Senhor Presidente, tentaram usar aqui de um momento, a votação de uma matéria que já era vencida. No entanto, considero que procurei exercer o meu papel, como parlamentar, entendo que represento uma parcela desta população, e que a democracia me coloca nesta Casa. E, me calar, omitir a minha opinião, num momento em que a nossa sociedade busca saldas para uma sociedade melhor, mais justa, onde os pilares da nossa sociedade, que é a família, vêm sendo corroídos por inúmeras ideologias e idéias, que em nada têm contribuído com a nossa formação, a formação da nossa juventude, da nossa sociedade.

Em consequência disso, gostaria de pedir neste momento, a reflexão dos nossos companheiros desta Casa.

Ontem, um dos Deputados citou que seria um retrocesso para esta Casa, deixar aprovar uma moção contrária à aprovação do projeto de lei da Sra. Marta Suplicy, no Congresso. Alegam alguns Deputados, que este não é assunto nosso.

Ora, até aonde eu sei, o Paraná faz parte do Brasil. Estamos aqui para manifestar a palavra, o pensamento do nosso segmento ou da nossa população.

Aí, questiono, porque alguns aqui, Sr. Presidente, acham que são detentores da verdade. Acham que só o que eles pensam é a verdade.

Esse tipo de pensamento, esse filme eu já vi, Sr. Presidente. Vi na marcha do chamado Timoneiro, na China, em que toda a população entrou na chamada modernidade, e as idéias deste homem acabaram arrasando praticamente aquela Nação.

Vi este filme, neste 70 anos de um marxismo ateu, na Rússia, quando a cortina de ferro caiu vimos em que situação estava aquele País, que diz que estava entrando para a modernidade.

Vi isto na Romênia e estou vendo ainda na vizinha Cuba que sofre pela insistência de um homem permanecer com as suas idéias, que vem gerando inúmeros problemas ao seu país.

E este parlamento, Sr. Presidente, que se diz um Parlamento de Cristão, porque estou vendo sobre o frontispício desse edifício a figura do Cristo, vejo ao lado do Sr. Secretário, Luiz Carlos Martins, se não me engano é uma Bíblia que ali está, que é a nossa Constituição maior. Se me permite, Sr. Presidente, gostaria que o Secretário me encaminhasse a Bíblia para que eu lesse, neste livro, que deve ser o guia e o que normatiza como constituição maior a nossa conduta e de nosso segmento. Se me permite que fosse trazida a Bíblia aqui, para que eu lesse apenas uma referência para entender que a minha postura não é uma postura de retrocesso, mas é uma postura de firmeza. Uma postura dos valores cristãos que apregoamos e que, segundo posso entender, todos nossos Parlamentares estão sob esta égide.

**O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devo informar a Vossa Excelência que a Bíblia nunca saiu dali, é regimento que ali ela permaneça, mas confio na cultura e na capacidade de V. Exa. para dizer, de oitiva, o que diz a Bíblia.**

**O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA -** Pois não, cito, praticamente de cor, a passagem que o apóstolo São Paulo, nosso grande Paulo, que aprendeu toda sua cultura aos pés de um sábio chamado Gamaliel, ele cita, no capítulo 6, da 1ª Epístola aos Coríntios, e isso cito aos cristãos aqui presentes, Sr. Presidente: "Ficarão de fora os sodomitas, os efeminados e aqueles que tais coisas praticam."

Portanto não é uma questão de modernidade ou fora de modernidade. Aliás questiono esta modernidade que alguns elementos, que pensam ser os detentores da verdade, acham que o que contraria as idéias deles é retrocesso!

Trago aqui em minhas mãos diversas assinaturas, também a moção em Brasília, na Assembléia Distrital, a moção que foi feita e aprovada naquela Casa, já que o recebo. É ser tachado de retrógrado. E recebo aqui diversas assinaturas, já que o Sr. Péricles trouxe, um direito que ele tem, o manifesto do Movimento Dignidade, trago também manifesto de centenas de assinaturas. Pessoas que estão consternadas e entristecidas com a posição de alguns Parlamentares desta Casa, que tentam usar de meios escusos, pois já era matéria vencida, tentar voltar atrás num assunto que já estava resolvido.

Senhor Presidente, estou usando esta tribuna, para dizer aos Senhores que acham que é retrocesso, retrocesso é fugir dos ensinamentos dos parâmetros bíblicos, cujos ensinamentos Vossas Excelências, muitas vezes, induzem seus filhos a irem às igrejas, numa atitude de demagogia, hipocrisia e farisaísmo!

Portanto, fica aqui o meu grito, o grito que está entalado na garganta de milhares de mães de famílias, que não podem entender este Parlamento querer aprovar ou querer participar de um projeto de lei, que contempla pessoas que querem viver de forma equivocada. Ora, se duas mulheres, e uma delas precisa, nas horas dos seus prazeres usar de fantasias, comprando apetrechos em "sex-shopping" por aí, um objeto que normalmente os homens têm quando não sofrem de problema de impotência, Senhor Presidente, não é por isso que vamos contemplar, facilitar no Brasil, a introdução de um projeto de lei que beneficia essas pessoas. Existem médicos aqui que sabem perfeitamente, e não é preciso ser médico para entender anatomicamente, que um homem é um homem e a mulher é uma mulher. Se não nós vamos ter que colocar na nossa constituição, Senhor Presidente, quando perguntar se é homem ou mulher, vamos ter que colocar uma terceira opção.

Portanto, fica aqui o meu manifesto. Estou recebendo aqui diversas manifestações, e muitas das pessoas da minha família, da família cristã não podem estar aqui, porque são pessoas que trabalham, mas tenho certeza do que mui-

tos dos que estão aqui, é para manifestar a sua indignação em não ter passado, ou querem tirar da Ata uma oportunidade dessa Assembléia manter a sua postura de firmeza. Fica aqui a minha palavra colocada nesse Parlamento!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas registro a presença aqui nesse Plenário do Presidente da Câmara Municipal de Chopinzinho, nosso companheiro, Vereador Ari da La Costa. Gostaria que V.Exa. registrasse a presença desse Ilustre Vereador aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrada. Concedo a palavra ao Deputado Florisvaldo Fier.

O SR. FLORISVALDO FIER - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

Conheço o Deputado Hidekazu Takayama desde quando era Vereador. E continua, ao longo do tempo, um homem muito preconceituoso e com falso moralismo, que não quer entrar no mérito da discussão, porque a falsa moral, não levamos ela à discussão e não nos leva a lugar nenhum.

O que me traz a esta tribuna é outro tipo de indignação, e venho em nome da Bancada do Partido dos Trabalhadores. É a indignação do nível de impunidade que está tomando conta desse País. É a indignação de uma Bancada que através de mim demonstra a que nível tem se chegado, ao longo do tempo, ao longo da história essa violência. Não é só o caso de Diadema, o caso de São Paulo, o caso do Rio de Janeiro, ou casos como diz a nossa justiça, isolados aqui no Paraná. Mas é a maneira como vem sendo ao longo da história, exterminados aqueles que são os diferentes: os negros, os índios e os homossexuais. Ao longo da história brasileira, o negro vem sendo morto, assassinado, ou por fome, ou por doença, ou por bala, e inovada agora, pela elite da Capital do Brasil, através de se queimar as pessoas, como foi o caso agora com o índio José Galdino, recentemente morto de uma forma violenta através de um crime hediondo.

Uma sociedade como a nossa, só chega nesse nível, quando a sua elite não tem mais nenhum tipo de valor, Deputado Hidekazu Takayama, nem cristão, nem moral e nem civilizatório. Isso foi sendo construído ao longo da história, com assassinatos de pobres, assassinatos de negros, de mulheres sendo violentadas e massacradas, assassinatos em massa de crianças, de meninos e meninas de rua, com grupos de extermínio. E ao longo desse tempo todo, Hidekazu Takayama não esteve nenhuma vez na tribuna condenando esses crimes, pelo que conheço do tempo que militei com ele.

São os sem-terra assassinados lutando pelo direito a terra, são os crimes de corrupção, são os crimes de colarinho branco, todos impunes ao longo da história.

Nós ao longo da história, a sociedade, a elite brasileira não vem punindo nenhum desses assassinos e agora no dia do aniversário de Brasília o índio Pataxó, um índio morto...

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA (Pela Ordem) - Eu não sou contra, e não sou a favor de nenhum tipo de violência e infelizmente existem parlamentares que muitas vezes usam desse recurso para tentar jogar as pessoas contra as outras.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Creio o seguinte, o Deputado Takayama democraticamente foi a tribuna, falou uma enormidade, uma multidão de coisas...

(Tumulto em Plenário)

Devemos respeitar a palavra do autor desse pronunciamento, que é um bellissimo pronunciamento que espelha na verdade um sentimento nacional inclusive.

O SR. FLORISVALDO FIER - Deputado Takayama, não acusei de nada, se V.Exa. vestiu a carapuça, é porque ela serviu.

O índio José Galdino dos Santos, índio Pataxó aquele cujos ancestrais no ano de 1500 receberam no sul da Bahia

os portugueses que lá chegavam. Teve 95% do seu corpo queimado e aqueles que agiram, colocando fogo na sua roupa, no seu cobertor, disse que não sabia que a vítima era um índio, que pensou que fosse uma pessoa qualquer, um andarilho, um desempregado, um vagabundo. Quero lembrar os Senhores Deputados que nos últimos três anos já duas pessoas consideradas indigentes pela sociedade, ou não cidadãos foram queimados na Cidade de Brasília. Sendo essa a terceira pessoa, repercutiu nacionalmente, por se tratar justamente de um índio que foi à Brasília, 500 anos depois desse país descoberto, foi à Brasília com a sua gente, reivindicar do Governo Federal a demarcação das suas terras, que vêm sendo ameaçadas e vêm sendo roubadas pelos fazendeiros, ou seja pela elite brasileira.

A mãe do Galdino Jesus dos Santos, Sra. Minervina Maria de Jesus, mulher de 20 filhos, seis mortos quando bebês, e três de doenças já no período de infância. Somente três homens se criaram. Dois deles já foram assassinados, José Galdino e João Cravinho de Jesus, que morreu assassinado em emboscada no Sul da Bahia, na luta pelas suas terras.

Diz a mãe deles em entrevistas, ao responder a seguinte pergunta: como será o momento de receber o corpo do seu filho, ela diz que não sabe se agüentará ver o filho.

Ela diz o seguinte: ele se despediu de mim, com um sorriso na quarta-feira e disse que quando voltasse, faria uma grande festa, para comemorar a reintegração de parte da nossa área, que foi tomada pelos fazendeiros. Agora ele vai chegar dentro de um caixão. A hora que perguntam a ela, quem são os culpados pela morte de seu filho, a mãe de José Galdino não se titubeia e responde imediatamente; a maior culpa cabe ao Governo Federal, que até hoje não concedeu a posse definitiva da terra para a Tribo, meu filho só foi a Brasília para tentar acelerar o processo de reintegração. Dois filhos cuja a razão da morte essa mãe teve, razão direta, foi a luta pela terra e todos os demais que morreram de doenças ou de fome, também é pela razão de não tido mais direito a terra das quais era dono, quando aqui os portugueses chegaram. Crime esse, que alguns jovens de Brasília, de boa família, de moral dentro de todos os preceitos cristãos, como assim deseja alguns Parlamentares, cometeram tal ato de violência que agride a consciência de uma sociedade de um País, e inclusive, do mundo todo, pela violência do crime. Premeditado, porque saíram quando viram a pessoa dormindo, saíram antes, foram até o posto de gasolina para comprar inflamáveis, e lá, depois de despejar e pôr o fogo, achando que aí dar um susto no indigente. Seja ele, indigente ou não. Seja ele que cidadão for, é um ser humano que está sendo, em nome não se sabe de quem, vítima de violência. Essa é a indignação que trago, nesse horário em nome da Bancada do PT (Partido dos Trabalhadores).

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Aparte) - Deputado Rosinha solicito o Aparte. O Deputado Zucchi do PPB me concedeu o Horário do PPB e eu gostaria, com a permissão do Deputado Augustinho Zucchi, de conceder a Vossa Excelência, para que eu possa fazer um aparte.

O SR. DR. ROSINHA - Se o Presidente, mais o Líder do PPB permitir.

(Assentimento)

O Sr. José Maria Ferreira - Deputado Rosinha, V.Exa. aborda um assunto que eu também iria abordar, justamente, havia pedido um espaço para o Deputado Augustinho Zucchi. No dia da Comemoração do Índio, os índios vão a Brasília, para mostrar a sua indignação em relação a morosidade de como o governo Federal trata da sua causa, o índio Galdino Jesus dos Santos, que se perdeu em Brasília, e ao chegar tarde na pensão aonde estava hospedado, não foi aceito pela dona da pensão. Foi se alojar numa praça pública de Brasília. Passando por ali, cinco jovens da classe média, alta de Brasília, foram mostrando a total insanidade, mostrando os exemplos de que neste país não se tem respeito pela vida, não se tem respeito pelos valores, as pessoas estão num momento de desorientação. Foram lá na praça pública jogaram álcool num mendigo, que eles julga-

ram ser, fazendo com que essa pessoa viesse a óbito. Tiveram azar, porque se tratava de um índio, e um índio comove, comove as pessoas de bem do mundo a fora, porque na verdade é uma espécie em extinção, pela negligência, pela falta de responsabilidade das autoridades, que infelizmente jogaram e atracaram essa gente em espaço sem a mínima condição. Agora mesmo aqui no Paraná, tínhamos lá no lago da Usina ITAIPU Binacional, os Ava Guaranis, estavam lá jogados. E que graças a ação do Deputado Irineu Colombo e de outros políticos e agora graças também a sensibilidade do Presidente da ITAIPU Binacional, foi definitivamente resolvido o problema encontrando uma reserva para que os índios possam continuar em tribo, vivendo, conservando a sua estrutura social. Por isso, Deputado Dr. Rosinha na verdade dói na alma para todos nós, para todos nós que respeitamos e que queremos que seja dado o mínimo de atenção a esta causa nobre que são os índios. Como outras causas desse País. Como o sem-terra, como os desempregados, como os sem-teto, e por aí a fora. Dói na alma sabermos como as pessoas tratam o ser humano. Especialmente, daqueles que não deveriam tratar, porque foram privilegiados e são privilegiados pela sociedade. Fazem parte de uma casta social que não têm problema de não ter comida, de não ter onde dormir, que não têm problemas de não ter o que vestir. Dói na alma da gente ver acontecimentos como esse. Também queria realçar a atitude digna que teve o cidadão que viu a cena do massacre, que teve o cuidado e a decência de seguir a viatura em fuga, dos marginais para anotar a placa do carro, a fim de que esse crime fosse elucidado. Num mundo frio como vivemos, num mundo calculista, que mais parece máquina, ainda é bom constatar gestos como esse desse cidadão, que foi atrás para buscar, dar às autoridades as condições necessárias para descobrir a identidade dos criminosos e graças a Deus, foram descobertos e que isto sirva de exemplo.

Por isso registro minha insatisfação, a dor que sentimos ao ver este crime absurdo que, na verdade, sintetiza o sentimento da sociedade que hoje mais é uma máquina do que coração.

Parabenizo V.Exa. pelo excelente pronunciamento.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a contribuição do Deputado Nereu Moura.

Concedo aparte ao Deputado Sérgio Spada.

O Sr. Sérgio Spada - Esta Assembléia Legislativa não poderia deixar passar em branco, um tema como este que está sendo debatido hoje na imprensa nacional e internacional, desse assassinato cruel, desse índio, de nome Gaudino que foi à Brasília lutar pela demarcação das suas terras. Este é um parlamento, uma casa de discussões e debates e temos que ter opiniões a respeito dessa questão. Discordo do enfoque que V.Exa. dá à questão, atribuindo a culpa à omissão do governo pura e simplesmente pela não demarcação das terras indígenas. Também isso, mas diria que esse é um problema da falência das instituições no Brasil.

Vivi em Brasília durante sete anos e criei meus filhos até uma certa idade, naquele ambiente, naquele clima. O jovem de Brasília é um jovem por natureza revoltado, porque vive num ambiente extremamente conturbado. A cabeça do jovem de Brasília é tomada pelas denúncias de corrupção, de malversação de dinheiro, de criminalidade, as mais diversas, praticadas, normalmente por quem detém o poder, pela classe política, pela classe dominante e eles não vêem nenhuma atitude concreta, no sentido de punir quem comete este tipo de crime contra a sociedade em geral e normalmente, contra os menos favorecidos. São rebelados por natureza.

Quando atearam fogo naquele cidadão que estava sentado naquele banco da praça, não sabiam que era um índio. Imaginavam que era um indigente qualquer e fariam aquilo como fizeram, sendo ou não sendo um índio. A notícia ganhou maior repercussão porque era um índio, no dia do índio, em cima de um protesto dos índios em Brasília.

Queria dizer a V.Exa. que é hora dos Poderes constituídos, da polícia, particularmente do Poder Judiciário tomar atitudes drásticas, concretas e objetivas contra esse tipo

de crime, porque a impunidade é o maior incentivo à prática desses crimes, principalmente contra os menos favorecidos.

Parabéns, Deputado Rosinha pelo tema palpitante que V.Exa. traz a esta Casa.

O SR. DR. ROSINHA - Concedo aparte ao Deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo - Deputado Rosinha, é importante dizer que nesta Assembléia, a nação indígena tem no Partido dos Trabalhadores, um trabalho importante, sobretudo, de V.Exa. que já presidiu aqui uma Comissão Especial sobre a questão indígena, e também tem colaborado neste pleito da tribo Ava Guaraní, quando conseguiram um reassentamento no Município de Diamante do Oeste, depois que eles foram atingidos pelas águas de ITAIPU, como lembrou e muito bem lembrado pelo Deputado Nereu Moura.

Mas, apenas, quero registrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados que tudo isso está sendo graças a cidadãos que emprestam seu testemunho para que a justiça possa alcançar as pessoas que cometem crimes. Então, eu teria de lembrar com ênfase, como assinalou o Deputado Nereu Moura, a importância do cidadão Nairo Euclides Santos Magalhães, que passou despercebido pela imprensa, passou despercebido pelo grande público brasileiro, pela massa, mas no entanto, graças a vontade, a determinação de colaborar para que a justiça seja feita, a justiça aqui na terra. O Nairo Euclides Santos Magalhães teve uma contribuição significativa para esta reflexão da questão indígena no Brasil. É importante registrar isso e quem sabe essa Assembléia poderia até manifestar de uma forma ou outra o seu carinho pela dedicação deste cidadão uma Moção de Apoio, uma homenagem de uma outra forma, porque precisamos de no Brasil criar um espírito de denúncia constante, como estamos fazendo neste momento aos crimes bárbaros cometidos, sobretudo as minorias, o crime seja ele físico ou crime do preconceito e convocar, para que os cidadãos se mobilizem com o seu testemunho, para que a justiça faça valer, as minorias, todas elas, nação indígena, qualquer outra organização que tenha.

O SR. DR. ROSINHA - Agradecemos a atenção dos Srs. Deputados e queremos só até em função do que disse o Deputado Sérgio Spada, e dizer o seguinte: "É a razão desse tipo de crime e pela própria impunidade do Estado brasileiro". A hora que começar a se punir acaba esse tipo de crime em grande parte, por exemplo, o filho do Darci Glein, filho de Ministro atropela, foge e é absolvido na justiça, porque alegou-se que não adiantava prestar o socorro, porque a pessoa tinha morrido, se não tinha parado, quer dizer, o fim da impunidade é necessário para que crimes iguais a esse deixem de ser cometidos em nosso país.

(Aplausos).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Sâmias da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 585/96, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Fundação Assistencial Sulnav, com sede e foro nesta capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/97, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente, Cultural, Recreativa e Esportiva

Moradias Itiberê, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 555/96, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro em Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado artigo por artigo. (Publ. no D.A. nº 187/96, de 02.12.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 555/96

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Professores do Colégio Estadual Marechal Cândido Rondon.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.04.97

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 561/96, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública o Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso de Azevedo. Com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 188/96, de 03.12.96).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 561/96

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, visa declarar de Utilidade Pública o Instituto de Reabilitação de Queimados Dr. José Cardoso de Azevedo.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.04.97

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 029/97, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Ipê. Com sede e foro em Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 08/97, de 24.02.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 029/97

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, visa declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro Jardim Ipê em Paranavaí.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.04.97.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/97, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Assis Chateaubriand. Com sede e foro em Assis Chateaubriand. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 18/97, de 03.03.97).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 041/97

PARECER

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, visa declarar de Utilidade Pública a Câmara Júnior de Assis Chateaubriand, com sede e foro em Assis Chateaubriand-PR.

Analisando o projeto sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que impeça sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso parecer é FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em 08.04.97

(a) JOEL COIMBRA - Presidente e Relator.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, ontem foi submetido ao Plenário da Casa o Requerimento marcando a data para que o IAPAR e a Secretaria da Agricultura aqui viesse expor o trabalho realizado em relação ao café densado e ao algodão.

E conversando com o Presidente do IAPAR nesta manhã, ele justificou que não teria condições de fazer presente aqui os técnicos que respondem por esta área, por estarem num congresso internacional na América Central. E em entendimento anteriormente, quando presidia a Sessão, o Deputado Luiz Carlos Zuk acertamos de que fosse realizado na segunda-feira próxima, dia 5 de maio. Gostaria que ficasse registrado se essa for a concordância de V. Sª.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado e acontecerá no dia 05 de maio.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA - Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para comunicar a esta Casa com mais ênfase, que logo em seguida nós teremos a Sessão Solene, onde comemoraremos os 50 anos da APP Sindicato, por isso, estou pedindo a colaboração dos Srs. Deputados para que participem conosco dessa Sessão em homenagem a APP.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Requerimentos nºs 798 a 800 e 802, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 807, de autoria dos Srs. Deputados Angelo Vanhoni, Péciles de Mello, Doutor Rosinha e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 792, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 793 a 796, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 797, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 803, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 804, de autoria da Sra. Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 806, de autoria do Sr. Deputado Caño Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 808, de autoria do Sr. Deputado Edno Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 809, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 810, de autoria do Sr. Deputado Ademar Traiano, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Anibal Khury, Walmor Trentini e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 24, às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 481/96.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 555 e 561/96, 029 e 041/97.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 499 e 571/96, 031 e 053/97.

Na oportunidade convido o Senhor Deputado Angelo Vanhoni, para assumir a Presidência dos trabalhos de Sessão Solene em comemoração aos Cinquenta Anos da Associação dos Professores do Paraná.

Levanta-se a sessão.